

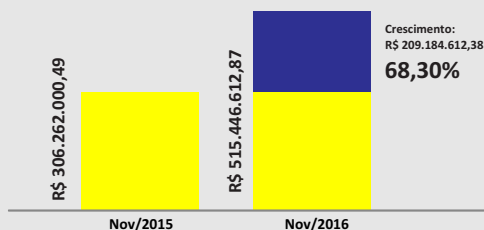
Novembro: transferências constitucionais em alta

As transferências constitucionais do Governo Federal para o Estado da Paraíba (CIDE / FEX / FPE / FUNDEB / IOF-OURO / IPI-EXP / LEI KANDIR / ROYALTIES) foi recorde em novembro de 2016 ultrapassando a cifra dos R\$ 515 milhões, um crescimento de R\$ 209 milhões (68,30%), em relação ao mesmo período de 2015, quando os repasses somaram mais de R\$ 306 milhões.

O acumulado de 2016 (jan-nov) totalizou R\$ 3 bilhões e 710 milhões. Comparado com o mesmo período em 2015, o crescimento foi de aproximadamente R\$ 188 milhões.

As transferências constitucionais compreendem uma parte das receitas arrecadadas pela União, que é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Mesmo diante da atual crise financeira que assola o País, mantém o crescimento nominal. A repartição das receitas representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

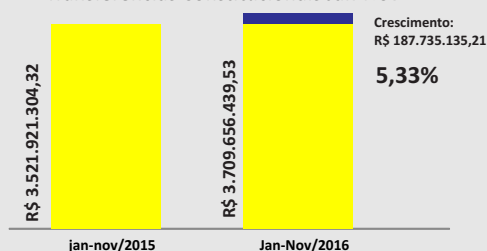
Transferências Constitucionais Novembro



Transferências Constitucionais:

CIDE - FEX - FPE - FUNDEB - IOF-OURO - IPI-EXP - LEI KANDIR - ROYALTIES

Transferências Constitucionais Jan-Nov



Fonte: Tesouro Nacional

Previdência:

Trabalhador pagará a conta?

A classe trabalhadora, entidades representativas e diferentes segmentos da sociedade, têm criticado a proposta de Reforma da Previdência enviada ao Congresso Nacional pelo presidente Michel Temer, que prevê uma cota familiar de 50% na reposição da pensão por morte, mais um adicional de 10% por dependente.

Pelo texto, uma viúva sem filhos passaria a ganhar 60% da aposentadoria do marido: 50% da cota familiar, mais 10%. O valor sobe para 70% se o segurado for casado e tiver um filho menor. O repasse é limitado a 100% da aposentadoria do falecido no caso de cinco filhos ou mais.

Outros pontos polêmicos da proposta são os que tratam do aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14%, medida que deverá ser adotada também por governadores e prefeitos e da idade para aposentadoria que, em alguns casos, passará a contribuição para 49 anos para que o trabalhador possa receber o benefício integralmente.

Atento ao cenário político nacional, o Sindifisco-PB cobrará dos parlamentares paraibanos que rejeitem prontamente a proposta que precariza os direitos dos trabalhadores.

Conafisco: Carta de Belém-PA

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) divulgou na última semana carta reafirmando o posicionamento contrário às propostas prejudiciais à sociedade brasileira que tramitam no Congresso Nacional, a exemplo da PEC 55, que congela os gastos públicos por até 20 anos.

Elaborada durante o XVII Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Conafisco), ocorrido em Belém, Pará, os auditores fiscais enfatizam que “A grave crise fiscal torna necessária adoção de medidas que visem à reversão do quadro, mas não antes da sociedade brasileira conhecer cada uma das propostas apresentadas, seus impactos e as alternativas possíveis”.

Como medidas eficazes para superar a crise, os auditores apontam a aprovação da PEC 186, que assegura autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional das Administrações Tributárias, a Auditoria da Dívida Pública, o combate de forma mais eficaz à sonegação fiscal, entre outras propostas.

O senador Paulo Paim leu a carta no plenário da Casa. Leia em www.sindifiscob.org.br.

Cultura paraibana

Em dupla com Antônio Costa, o poeta e repentista Oliveira de Panelas foi uma das atrações deste ano do projeto Sindicultura, que o Sindifisco-PB promove com o objetivo de valorizar os artistas paraibanos e a rica produção cultural do Estado. Os admiradores do trabalho de Oliveira de Panelas serão agraciados com mais uma produção do artista, que lança o livro Cintilâncias, cuja obra reúne 365 sonetos. O lançamento acontece na próxima quinta-feira (15), às 18h30, no Centro Cultural Ariano Suassuna, do Tribunal de Contas do Estado, no bairro de Jaguaribe.